

Demonstrações Contábeis

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

31 de dezembro de 2011 e 2010
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa de Transmissão do Mato Grosso S.A. - ETEM

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Mato Grosso S.A. – ETEM (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência e auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

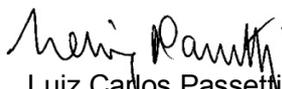
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.- ETEM em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

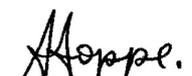
Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Ativo			
Circulante		11.644	5.288
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	660
Investimento de curto prazo	5	198	1.398
Contas a receber de clientes		487	-
Impostos a compensar	6	434	135
Ativo financeiro da concessão	7	10.497	2.245
Outros ativos		8	850
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	7	74.270	10.288
Ativo total		85.914	15.576
Passivo			
Circulante		47.638	1.372
Empréstimos e financiamentos	9	45.916	-
Fornecedores		1.492	621
Salários, férias e encargos sociais		60	37
Tributos e contribuições sociais a recolher	8	146	145
Outras obrigações		24	569
Não circulante		86	69
Tributos e contribuições sociais diferido	8	86	69
Patrimônio líquido		38.190	14.135
Capital social	10	35.201	14.001
Reservas de lucros	10	2.989	134
Passivo total		85.914	15.576

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional líquida	12	72.657	12.533
Custos operacionais			
Custo dos serviços prestados		(504)	-
Custo de infraestrutura		(65.803)	(12.330)
		<u>(66.307)</u>	<u>(12.330)</u>
Lucro bruto		<u>6.350</u>	<u>203</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(5)	-
Pessoal		(19)	-
Pro-labore da diretoria e conselho de administração		(11)	-
		<u>(35)</u>	<u>-</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>6.315</u>	<u>203</u>
Resultado financeiro			
Receitas	14	3.161	-
Despesas	14	(6.572)	-
		<u>(3.411)</u>	<u>-</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.904</u>	<u>203</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(32)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(17)	(69)
		<u>(49)</u>	<u>(69)</u>
Lucro líquido do exercício	11	<u>2.855</u>	<u>134</u>
Lucro líquido por ação			
Básico e diluído - R\$		<u><u>0,08</u></u>	<u><u>0,01</u></u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u><u>35.201</u></u>	<u><u>14.001</u></u>

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2009		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	134	134
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	10	-	7	-	(7)	-
Reservas de lucros	10	-	-	127	(127)	-
Aumento de capital conf.: AGE 25/02/2010 - ARCA 27/07/2010 e 10/10/2010		14.001	-	-	-	14.001
Saldos em 31 de dezembro de 2010		14.001	7	127	-	14.135
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.855	2.855
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	10	-	143	-	(143)	-
Reservas de lucros	10	-	-	2.712	(2.712)	-
Aumento de capital conf.: ARCA 04/01/2011 - 01/02/2011 e 11/11/2011	10	21.200	-	-	-	21.200
Saldos em 31 de dezembro de 2011		35.201	150	2.839	-	38.190

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.904	203
Itens que não afetam as disponibilidades		
Variações monetárias e cambiais líquidas	516	-
	3.420	203
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber concessionárias e permissionárias	(487)	-
Ativo financeiro da concessão	(72.234)	(12.533)
Impostos a compensar	(299)	(135)
Adiantamentos a fornecedores	(7)	(1)
Outros ativos circulantes	849	(849)
	(72.178)	(13.518)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	871	621
Salários, férias e encargos sociais	23	36
Impostos e contribuições sociais a recolher	(31)	146
Outros passivos	(545)	569
	318	1.372
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(68.440)	(11.943)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	36.208	18.193
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(35.008)	(19.591)
	1.200	(1.398)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	1.200	(1.398)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	21.200	14.001
Empréstimos tomados	45.400	-
	66.600	14.001
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	66.600	14.001
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(640)	660
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo no início do exercício	660	-
Saldo no final do exercício	20	660
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	(640)	660

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas		
Receita de concessão de Transmissão	547	-
Receita de infra-estrutura	65.803	12.330
Remuneração dos ativos da concessão	6.366	203
	<u>72.716</u>	<u>12.533</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(5)	-
Custo de infra-estrutura	(65.803)	(12.330)
Outros custos operacionais	(484)	-
	<u>(66.292)</u>	<u>(12.330)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	3.161	-
	<u>9.585</u>	<u>203</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	36	-
Benefícios	2	-
Auxílio alimentação	1	-
Outros	1	-
FGTS	3	-
	<u>41</u>	<u>-</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	<u>1.391</u>	<u>69</u>
INSS	10	-
Encargos do consumidor	16	-
Imposto de renda e contribuição social	32	-
PIS e COFINS	43	-
Tributos diferidos	1.290	69
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Encargos s/ empréstimos	6.572	-
Remuneração de Capitais Próprios		
Reservas de lucros	1.581	134
	<u>1.581</u>	<u>134</u>
Valor adicionado médio por empregado		
	<u>9.585</u>	<u>203</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 14 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 9º andar, Bloco I, sala C, Vila Olimpia cidade de São Paulo – SP CEP: 04548-005 e filial localizada na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 3º andar, conjunto 1 sala, 1 Bairro Duque de Caxias, no Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78049-365 e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pelas seguintes linhas: i) linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, com origem na Subestação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá; e ii) circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso, incluindo entradas de linha, interligações de barras, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita Anual permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Concessões de linhas de transmissão--Continuação

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1171 de 28 de junho de 2011 é de R\$ 10.876 para o ciclo de 2011/2012. Para os ciclo de 2010/2011 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 10.494, porém a Companhia entrou em operação comercial em 16 de dezembro de 2011 aproveitando a RAP pela proporcionalidade para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento a Companhia não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 16 de fevereiro de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, compreendem as demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido o tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2 Concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de Concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Contratos de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia é que a linha de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.4 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.4 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.4.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Tributação

3.6.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.6 Tributação--Continuação

3.6.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.6.3 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.8 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.11 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.11.1 Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos Ativos Financeiros

3.11.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.12 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3.13 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.14.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.14.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.4 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.14.5 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.14.6 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.7 Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.14.8 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.16 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.16 Demonstração do valor adicionado (DVA)--Continuação

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) – a revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - a revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - a revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia não teve outros resultados abrangentes.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011-- Continuação

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - a revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	31/12/2011	31/12/2010
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Caixa	2	2
Bancos - depósitos a vista	1	658
Aplicações financeiras	17	-
	<u>20</u>	<u>660</u>
<u>Investimento de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras	<u>198</u>	<u>1.398</u>
	<u>198</u>	<u>1.398</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado, e em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estavam sendo remuneradas em média à 100% e 100% do CDI, respectivamente.

A Companhia têm como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. Impostos a compensar

Por força de determinações legais, a Companhia sofre as retenções e/ou procede as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

6. Impostos a compensar--Continuação

a) Tributos a compensar

	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte	421	57
INSS	2	64
Outros	11	14
	<u>434</u>	<u>135</u>

7. Ativo financeiro da concessão

	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Ativo financeiro da concessão	10.497	2.245
Não circulante		
Ativo financeiro da concessão	<u>74.270</u>	<u>10.288</u>
Total	<u>84.767</u>	<u>12.533</u>

Movimentação do ativo financeiro de concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.533
Remuneração do ativo financeiro (nota 12)	6.366
Receita de construção (nota 12)	65.803
Receita de operação (nota 12)	<u>65</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>84.767</u>

Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

7. Ativo financeiro da concessão--Continuação

Ativo financeiro da concessão--Continuação

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados da Companhia são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

8. Impostos a recolher e diferido

a) Outros tributos a pagar

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda retido na fonte	1	8
PIS	7	-
COFINS	35	-
INSS	33	-
ICMS	32	-
Contribuição social	12	-
ISS	26	137
	<u>146</u>	<u>145</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
<u>Não circulante</u>			
Imposto de renda diferido	14	54	51
Contribuição social diferido	14	32	18
		<u>86</u>	<u>69</u>

9. Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas

a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	31/12/2011
Encargos de dívidas - circulante	
Moeda nacional	516
Empréstimos e financiamentos - circulante	
Moeda nacional (inclui arrendamento mercantil)	45.400
Total geral	<u>45.916</u>

Empréstimo junto ao Itaú Unibanco S.A., no montante de R\$ 45.400, captado em 26 de agosto de 2011, e sujeito a incidência de juros de 114,5% do CDI. A amortização do principal, juntamente com os encargos, estava previsto para acontecer em 28 de novembro de 2011. Em 10 de novembro de 2011 foi elaborado um aditivo contratual, que definiu que os juros teriam vencimento em 28 de novembro de 2011, e o principal, juntamente com os encargos do período em 27 de janeiro de 2012. As demais cláusulas contratuais não sofreram alteração.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas--Continuação

a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:--Continuação

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização	Amortização	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2010	dívidas	encargos	do principal	do encargos	31/12/2011
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
Itaú BBA - 10981103	-	36.000	5.757	(36.000)	(5.757)	-
Itaú BBA - Cédula de crédito	-	45.400	1.905	-	(1.389)	45.916
	-	81.400	7.662	(36.000)	(7.146)	45.916

Os contratos com o com o Banco do Itaú não exigê manter certos índices financeiros.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2011 os empréstimos e financiamentos da Companhia não tiveram a obrigação de constituir garantias depositadas, por estar no início das operações comerciais.

10. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 dezembro de 2010 o capital social da Companhia era de R\$ 14.001 representados por 14.001.000 ações ordinárias norminativas, no decorrer do exercício de 2011 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 21.200 representados por 21.200.000 ações ordinárias norminativas, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada ação, elevando o capital social integralizada para R\$ 35.201 representados por 35.201.000 ações ordinárias norminativas ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada ação.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	% do Capital
Alupar Investimentos S/A	21.120.600	60,00
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	14.080.400	40,00
	<u>35.201.000</u>	<u>100,00</u>

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	2.855	134
Reserva legal (5% do lucro líquido)	143	7

Destinação do lucro

A proposta de distribuição do lucro líquido apurado no exercício de 2011, conforme apresentado a seguir, considera disposições legais previstas no artigo 202 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e está sob expectativa de aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

A administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de 2011, é proveniente do reflexo da adoção das práticas contábeis internacionais, mais precisamente do ICPC 01. Sendo assim, não ocorreu a realização financeira deste lucro, visto que a Companhia entrou em operação em 16 de dezembro de 2011.

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

Destinação do lucro--Continuação

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	2.855	134
Destinação do lucro		
Reserva legal	143	7
Reservas de lucros	2.712	127

11. Resultado por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31/12/2011	31/12/2010
Numerador:		
Lucro líquido do período	2.588	134
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	3.521	14.001
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,735	0,010

12. Receita operacional líquida

	31/12/2011	31/12/2010
<u>Receita Bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	482	-
Receita operacional	65	-
Remuneração do ativo de concessão	6.366	203
Receita de infra-estrutura	65.803	12.330
	<u>72.716</u>	<u>12.533</u>
<u>Deduções</u>		
PIS	(8)	-
COFINS	(35)	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(12)	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4)	-
	<u>(59)</u>	<u>-</u>
Receita operacional líquida	<u>72.657</u>	<u>12.533</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sob o regime de tributação pelo lucro real até 2011, a partir de 2012 a Companhia optou pela apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação do lucro presumido.

	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.904	2.904	203	203
Efeito de RTT - atualização do ativo financeiro	(2.776)	(2.776)	(203)	(203)
	128	128	-	-
Adições :				
Gratificações administradores	6	6	-	-
Base de cálculo	134	134	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
	20	12	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social		32		-

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado, desta forma, o imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2011, foi apurado pelo regime de tributação do lucro presumido, ou seja, pela forma que ele será realizado.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	31/12/2011		31/12/2010		Acumulado
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda e Contribuição social
Efeito RTT - atualização ativo financeiro	2.776	2.776	203	203	2.979
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%	
Base de cálculo	222	333	16	24	
Alíquota	25%	9%	25%	9%	
	56	30	4	2	92
Efeito de base do imposto adicional estadual	(6)	-	-	-	(6)
Imposto de renda e contribuição social (passivo)	50	30	4	2	86
Efeito da alteração do regime de tributação		(63)			
Imposto de renda e contribuição social (despesa)		17			

14. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2011
Receita financeira	
Receitas s/ aplicações financeiras	3.157
Atualização monetária	4
	<u>3.161</u>
Despesa financeira	
Juros s/ empréstimos bancários	(6.572)
	<u>(3.411)</u>

15. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Nos casos contratos celebrados, ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Não há saldo em aberto com partes relacionadas até 31 de dezembro de 2011.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

15. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração da alta administração--Continuação

De acordo com nosso estatuto social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da nossa diretoria.

Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da nossa diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos membros da diretoria é dividida em uma remuneração fixa e outra variável baseada no desempenho e atingimento de metas.

Para os exercícios de 2011 e 2010, a remuneração dos diretores estatutários, é composta por: 2011 - remuneração fixa de R\$ 370 e remuneração variável de R\$ 166; 2010 - remuneração fixa de R\$ 292 e remuneração variável de R\$ 19.

16. Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Aplicações financeiras;
- b) Contas a receber de clientes;
- c) Ativo financeiro da concessão;
- d) Fornecedores; e
- e) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos de dívida.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Investimentos de curto prazo	198	198	1.398	1.398
Contas a receber de clientes	487	487	-	-
Ativo financeiro da concessão	84.767	84.767	12.533	12.533
	<u>85.452</u>	<u>85.452</u>	<u>13.931</u>	<u>13.931</u>
Passivo				
Fornecedores	1.492	1.492	621	621
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	45.916	45.916	-	-
	<u>47.408</u>	<u>47.408</u>	<u>621</u>	<u>621</u>

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos e financiamentos da Companhia.

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.3 Instrumentos financeiros por categoria (saldos contábeis)

	31/12/2011		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	198	-	198
Ativo financeiro da concessão	-	487	487
Contas a receber de clientes	-	84.767	84.767
	<u>198</u>	<u>85.254</u>	<u>85.452</u>
Passivo			
Fornecedores	-	1.492	1.492
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	45.916	45.916
	<u>-</u>	<u>47.408</u>	<u>47.408</u>

	31/12/2010		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	1.398	-	1.398
Ativo financeiro da concessão	-	12.533	12.533
	<u>1.398</u>	<u>12.533</u>	<u>13.931</u>
Passivo			
Fornecedores	-	621	621
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	-	-
	<u>-</u>	<u>621</u>	<u>621</u>

16.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

As políticas de Administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	31/12/2011						
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de	198						
		Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		CDI	5	8	10,50	13	16

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2011	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI		5,99%	8,98%	11,97%	14,96%	17,96%	
Itaú IBBA - 114% do CDI	CDI	45.916	2.748	4.122	5.496	6.870	8.244

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

16.5.1 Risco de taxas de câmbio

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

16.5.2 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

16.5.3 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

16.5.4 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

16.5.5 *Risco de estrutura de capital*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte e vales refeições.

18. Seguros

No exercício de 2010 a ETEM contratou seguro-garantia de valor adiantado e seguro para garantir o inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

A vigência do seguro é de 12 de julho de 2010 a 26 de junho de 2012. A importância segurada total é de R\$ 3.700.